

entenderam o “transformismo” operado pelas elites (e por Washington) que pretende mudar para que tudo permaneça igual. Marcos afirmava a propósito: “o sistema não é mais forte nem mais fraco do que ontem. Continua sua contradição e prepara sua mutação para continuar igual...” (p. 116)

Porém, o EZLN ofereceu uma alternativa diante da transição das elites que contagiam milhões em todo o país; inauguram, formas de organização dessa vontade transformadora que incluiu convenções, consultas e frentes de militância (não-parlamentar) que impulsionam essa transformação para além dos limites pretendidos pelas classes dominantes. Sob o lema de “mandar obedecendo”, outorgaram um conteúdo concreto ao conceito “democracia” que não pode mais ser utilizado exclusivamente para dominar as classes subalternas. A força da “palavra dos armados de verdade e fogo” está incorporado à prática política de milhões e

não pode ser eliminada com os conhecidos artifícios utilizados durante décadas no México.

Para nós brasileiros, latino-americanos submetidos a sedutora ideologia eurocentrista, também é chegada a hora de observar o zapatismo como parte da luta da “comunidade de vítimas” produzida pelo programa *recolonizador* em curso (“neoliberalismo”). Os comunicados publicados pela Boitempo Editores são uma pequena e necessária demonstração da força ética dos indígenas zapatistas e da universalidade de sua palavra.

Como escreveu José Saramago, “quando alguém esteve em Chiapas, não sai mais de lá”. A leitura dos comunicados é uma fascinante viagem até terras distantes e ao mesmo tempo tão nossas, que não poderemos mais ver o mundo sem um pouco da “visão zapatista”. Enfim, nos tornamos mais completos, nos descobrimos um pouco mais. E estamos mais aptos para entender e transformar o mundo em que vivemos.

Marcos Del Roio

O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.
Editora Ícone, 1998, 352 p.
Maria Orlanda Pinassi (Professora de Sociologia da Unesp, campus de Araraquara)

Originalmente apresentado como tese de doutoramento, esse livro de Marcos Del Roio constitui um denso estudo histórico, composto de forma bastante criativa nas conceituações que propõe para explicar a “modernidade capitalista”; ao mesmo tempo lança mão de uma linguagem inovadora e provocativa

para analisar o “Ocidente atual, enquanto específica formação sociocultural na história” (p. 19). Não há dúvida de que nele o leitor encontrará um manancial raro de informações e análises calçadas em ampla e paciente pesquisa.

Um ponto, que vem enunciado já no início do livro, parece centralizar as

preocupações do autor: o presumido “fim da história”, teorizado por Fukuyama (1992) no rastro de um antigo e acalentado sonho liberal, é vislumbrado, enfim, como possibilidade efetiva, na “desintegração ideológica da universalização do império do Ocidente”. A empreitada do autor é, portanto, árdua e corajosa já que, para ele, os fundamentos desse “êxito” não se encontram entre matérias contemporâneas tão somente mas, e sobretudo, num fertilíssimo projeto iniciado no século XI que, tudo indica, tem fôlego suficiente para continuar seu longo e acidentado percurso.

Da formulação do império universal da cristandade, “instituição eclesial latina, tornada poder nuclear da ordem social do feudalismo”, definem-se as linhas mestras de uma história que se confirma *pari passu* até os dias de hoje, dias de globalização ou “desenlace do processo sociohistórico de longa duração”.

São, portanto, nove séculos de domínio incontestado de uma idéia que adquire forma no aperfeiçoamento e adaptação às variações históricas que são tantas e tão atabalhoadas. E, mais do que isso (o que já não seria pouco), Del Roio repõe essa trajetória na contraposição, no conflito ensejado pelos “antípodas”, imagética repulsiva representada sempre — e das mais variadas formas — pelo “outro inferior e negativo — o subalterno”, construído continuamente para significar “interposição ou resistência à realização do homogêneo *imperium mundi*” (p. 10).

Ao longo dos cinco capítulos, acompanhados de um epílogo, o autor reconstitui cronologicamente alguns dos principais acontecimentos e teorias que envolveram a Igreja Católica, os fundamentos do liberalismo, as transformações capitalistas e o significado do projeto socialista.

É um livro ativo pela grandeza das intenções, pela amplitude das matérias. Com honestidade narrativa e empenhada reflexão teórica, através dele acompanhamos o “evoluir histórico” de uma ocidentalidade mítica que ancorou seus planos, primeiramente, no poder da Igreja Romana, poder que se consolida após a ruptura com Bizâncio; no decorrer da idéia e da prática cristã imperialista, evoluiu-se a Revolução Inglesa do século XVII, a Revolução Francesa, a Segunda Revolução Industrial do século XIX, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, considerada aí seu maior antípoda. Nesse livro, vemos ainda o submetimento, a resignação ou extermínio de vários “outros”, internos e externos ao Ocidente, que surgiram como ameaça ao seu predomínio. Nele, assim, se inscreve a história e a análise de um projeto vitorioso e abrangente que o autor sugere pensar em novos moldes justamente para compreender as origens do processo contemporaneamente marcado pela universalização da “modernidade capitalista”.

Esse trabalho ambicioso de Del Roio oferece muitas entradas para interpretação. Mas, até pelo fato de ser ambicioso e amplo demais abre mais e maiores flancos à crítica, fato que não deve ser desconhecido do autor. Assim, privilegiamos uma delas tão-somente.

Começamos pela estruturação do trabalho; nela encontramos irregularidades no tratamento histórico dado aos fatos e idéias distribuídos pela periodização proposta. A grandiosidade das intenções do livro permite que se lhe aponte a insuficiência, mesmo porque se todos os períodos constituem momentos evoluídos do império universal, todos deveriam merecer o mesmo cuidado.

Vejamos. O primeiro capítulo, “de caráter introdutório e marcadamente histórico” abrange um período excessivamente longo e conturbado — do século XI ao XVII — resolvido nas poucas páginas (19 a 64) que pretendem “demonstrar os traços distintivos e de continuidade histórica do Ocidente, e o início do processo de conquista e invenção do Oriente como entidade subalterna, essencial para a definição da própria identidade ocidental” (p. 15). Enquanto isso, o capítulo V, dedicado à “Refundação da crítica socialista e as revoluções passivas do século XX”, ocupa quase 100 páginas, sem contar que nos capítulos anteriores a discussão se desenvolve em longo e detido percurso.

Considerando a justeza da análise, sobressai, no entanto, a rapidez com que é tratada, no primeiro capítulo, a formação da classe que viria a ser, acompanhando o raciocínio do autor, a portadora dos ideais universais do Ocidente na “modernidade capitalista”, essa forma histórica que não parece específica, mas continuadora do projeto cristão. A ênfase da análise recai sobre as lutas pela subalternização do Oriente, abreviando um dos belos, ricos e férteis momentos da história moderna — o Renascimento —, celeiro para o qual a modernidade, em futuro próximo, recorria para enterrar o passado.

Ao aludir ao período, Del Roio aponta-lhe as conquistas materiais e, sobretudo, políticas, acentuando a consolidação do império propugnado, então, “pela aliança entre Igreja Católica e Estados ibéricos”. No afã de mostrar a continuidade do império na dissolução da ordem feudal, minimiza-lhe a dimensão humanizadora, as possibilidades desse momento tão distinto e capaz de elaborar uma nova concepção de homem.

Antes do Renascimento, “o homem só estava consciente de si próprio como membro de uma raça, de um povo, de um partido, de uma família ou corporação”. (Buckardt, *A cultura do Renascimento na Itália*, p. 81) Mas, “a consciência de que o homem é um ser histórico constitui um produto do desenvolvimento burguês; a condição da realização do homem é a negação da existência burguesa”. É “com o Renascimento que surge um conceito dinâmico de homem. O indivíduo passa a ter a sua própria história de desenvolvimento pessoal. A identidade contraditória do indivíduo e da sociedade surge em todas as categorias fundamentais. A relação entre o indivíduo e a situação torna-se fluida: o passado, o presente e o futuro transformam-se em criações humanas. Essa ‘humanidade’, no entanto, constitui um conceito generalizado, homogêneo. É nesse momento que a ‘liberdade’ e a ‘fraternidade’ nascem como categorias ontológicas imanentes”. (Heller, *O homem do Renascimento*, p. 9)

É sob esse aspecto que pretendo apontar para dimensões problemáticas da tese — ou várias teses — de Del Roio, cujas origens são de natureza metodológica. Por exemplo, o significado de “outro”, elevado à condição de categoria analítica, dispõe indiferenciadamente o caráter das representações que minam o sossego do império universal do Ocidente. A mulher, o negro, o deficiente, o Oriente tanto quanto o trabalhador, constituem outros (internos, externos, negativos) que surgem — criados e recriados conforme a necessidade histórica — pelo “imaginário” ocidental, postos à destruição ou neutralização.

Ao privilegiar “a dimensão política da representação do subalterno”, generalizado na forma de “outros”, Del Roio

correu o risco de torná-lo uma entidade abstrata, diluída de sua potência justamente porque elimina ou subtrai as demais qualidades que integram a totalidade. Ao mesmo tempo, neutraliza a sua força política, na medida em que toda e qualquer ação ou idéia figurada nos nove séculos que se põe a analisar, parecem na verdade pré-figurações mentais, frutos de uma análise teleológica.

A própria constituição cronológica do livro, que se eleva do menos desenvolvido para o mais complexo, confirma a determinidade daquele sobre este, da idéia sobre o concreto, da representação/intuição sobre o real, submetendo toda e qualquer casualidade posta pelo devir e não pelo “evoluir histórico”.

Isso explica, de alguma maneira, a brevidade de um capítulo que deveria ser constitutivo de uma forma histórica que se abre para uma nova dimensão ontológica. Ao contrário, o capítulo I, como diz o próprio título “A igreja e as raízes do império universal do Ocidente”, funciona como ilustração do continuísmo de um projeto cristão numa forma pagã (ou laica) que lhe reproduz as formas. Por melhor trabalhados e ricos, os capítulos subsequentes sofrem a debilidade desse momento fundamental à apreensão das verdadeiras contradições da modernidade e acabam por fundamentar explicações dualistas que antepõem o Ocidente aos “outros” que caem a sua frente como dominós vencidos.

Mais do que reprodução, dir-se-ia que essa nova forma histórica, fundada sob a égide do capital, submete formas passadas, inclusive e fundamentalmente o cristianismo associado, então, ao judaísmo. “O judaísmo atinge seu apogeu com a perfeição da sociedade civil; mas esta só alcança a perfeição no mundo

cristão. Só sob a influência do cristianismo, que objetiva todas as relações nacionais, naturais, orais e teóricas, poderia a sociedade civil separar-se completamente da vida do Estado, separar todos os vínculos genéricos do homem, colocar em seu lugar o egoísmo e a necessidade egoísta, e dissolver o mundo humano num mundo de indivíduos atomizados, antagônicos”. (Marx, *A questão judaica*) Em tal associação, não vigora a ordem religiosa, mas econômica acima de tudo.

É talvez pelas razões expostas que o texto traga da história uma sensação de perda, de esvaziamento, porque o império universal foi injusto e perverso com o Oriente. Em parte isso é verdade mas vejamos o que Marx diz a respeito em *Futuros resultados do domínio britânico na Índia*: “A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado e regeneradora, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia”. Reiterando uma preocupação dos marxistas de velha cepa, essa passagem é citada por Del Roio à página 156 menos para evidenciar a contraditória intervenção do moderno sobre o tradicional mas para mostrar que Marx, após a onda revolucionária de 1848, se afastava da concepção negativista de Hegel em relação ao Oriente. Não me parece que esteja em jogo se as sociedades arcaicas e modernas sejam boas ou más e, sim, que a célebre frase de Hegel “Tudo o que é racional é real, tudo o que é real é racional” permanece em Marx. Ou melhor, que o caduco merece perecer, ainda que isso seja cruel: “É bem verdade que ao realizar uma revolução social no Hindustão, a Inglaterra agia sob o impulso dos interesses mais mesquinhos, dando provas

de verdadeira estupidez na forma de impor seus interesses. Mas não se trata disso. Do que se trata é de saber se a humanidade pode cumprir a sua missão sem uma verdadeira revolução a fundo do estado social da Ásia. Se não pode, então, e apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução” (Marx, *O domínio do império britânico na Índia*). Essa revolução não ficou por aí; ela continuou por todo o século XX, pela força e pela ideologia, mas o fato é que hoje a polaridade Ocidente/Oriente vem transformando-se em figura de retórica.

Ao buscar uma análise e uma linguagem inovadora, esse livro, com todos os méritos que contém — e que não são poucos — permanece inscrito num

marxismo que tenderia a concordar com a lógica sociológica de Weber que atribui aos fenômenos ideológicos um desenvolvimento “imaneente”, cuja origem se encontra neles mesmos. A impressão causada é que seus resultados precederam todo e qualquer processo de análise.

Concordando ou divergindo dos caminhos percorridos por Del Roio, o fato é que seu livro é polêmico sim, mas fundamental a todos que mantêm uma perspectiva crítica e transformadora. Por isso mesmo, faço minhas as palavras: “Não acho nada mais penoso que me encontrar numa situação de oposição a alguém com quem atuaria de bom grado a partir de uma mesma direção de espírito”. (Do espólio de Goethe, *Sobre a literatura e a vida*)

Giovanni Mazzetti

Quel pane da spartire (Teoria generale della necessità di redistribuire il lavoro), Turim, Bollati Boringhieri, 1997, 325 p.

Antonino Infranca (Filósofo, colaborador de *Crítica Marxista* — Itália. Tradução de Ivo Tonet.)

A diminuição do tempo de trabalho está no centro do debate político tanto na Itália como no restante da Europa. O governo italiano decidiu seguir o governo Jospin na aprovação de uma lei que a partir de 2000 diminuirá a jornada de trabalho para 35 horas. A exigência da diminuição da jornada de trabalho foi um dos pontos de controvérsia na crise do governo Romano Prodi. O Partido da Refundação Comunista empreendeu uma batalha particularmente forte a esse respeito. O apoio, embora tímido, do Partido Democrático

da Esquerda (ex-PCI) e a própria disposição do Presidente do Conselho de Ministros, R. Prodi, foram outros dois elementos a favor da aprovação. Paradoxalmente, no entanto, os sindicatos e especialmente a Confederação Geral do Trabalho, permaneceram mais neutros, mostraram menos interesse e não se empenharam de modo nenhum na sustentação da exigência de diminuição da jornada de trabalho. Desse modo, verificou-se, na Itália, uma situação paradoxal: um partido de extrema-esquerda conduzia

PINASSI, Maria Orlanda. Resenha de: DEL ROIO, Marcos. O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998, 352 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.161-165.

Palavras-chave: Império; Ocidente; Modernidade capitalista; Marxismo.